

OS ESTUDANTES SURDOS E O PROCESSO DE INCLUSÃO EM AMBIENTES DE APRENDIZAGEM NO ENSINO REGULAR

Josimar de Aparecido Vieira¹
Juliete Michely Ribeiro dos Santos²
Danielli da Costa Silva³

Resumo

A identidade, a cultura e a língua natural de pessoas surdas ou com surdez estão sendo revistas no sentido de garantir direitos e deveres. Nesta direção, este estudo tem a finalidade de analisar relações interpessoais envolvendo estudantes surdos ou com surdez em ambientes de aprendizagem, apontando alternativas de ação que contribuam para a sua inclusão no ensino regular. Constituída como pesquisa descritiva, com dimensão exploratória, seguiu abordagem qualitativa, acompanhada por tratamento quantitativo. Foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica, análise documental e de campo,

¹ Possui graduação em Pedagogia pela Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste (1986), especialização em Supervisão Escolar pela Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste (1988), Mestrado em Educação pela Universidade de Passo Fundo - UPF (2000) e Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS (2011). Atualmente é Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da área de Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - Campus Sertão. É professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). É membro do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASIS), nomeado pela Portaria MEC nº 856 de 17/09/2018. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em didática e organização pedagógica do ensino, atuando principalmente nos seguintes temas: formação de professores, práticas pedagógicas, educação profissional, educação superior e educação do campo. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0521946218695103>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3156-8590>. Contato: josimar.vieira@sertao.ifrs.edu.br

² Possui graduação em Licenciatura em Pedagogia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá(2022) e ensino médio segundo grau pela Escola Estadual Prof. Maria Cristina Botelho Rodrigues(2006). Atualmente é Servente da Prefeitura Municipal de Porto Grande. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9240805279122502>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-5812-1755>. Contato: julietेरibeiro.jk@gmail.com.

³ Possui graduação em Licenciatura em Pedagogia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá(2022) e ensino médio segundo grau pela Escola Estadual Elias de Freitas Trajano de Souza(2010). Atualmente é Professor(a) da Escola Estadual Matapi II. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1666117185038609>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-0024-2533>. Contato: daniellisilva.costa@gmail.com.

do tipo estudo de caso, com a aplicação de um questionário, envolvendo doze sujeitos (professores, técnicos administrativos e gestores) que atuam numa escola localizada no município de Porto Grande, Amapá. Na sua constituição, consta: introdução, percurso metodológico, resultados e discussões e considerações finais. Os resultados indicam que a educação e inclusão de estudantes surdos ou com surdez devem ser promovidas de forma que permita o desenvolvimento de suas potencialidades dentro de suas limitações.

Palavras-chave: Acessibilidade; Diversidade; Processo ensino-aprendizagem.

DEAF STUDENTS AND THE PROCESS OF INCLUSION IN LEARNING ENVIRONMENTS IN REGULAR EDUCATION

Abstract

The identity, culture and natural language of people who are deaf or hard of hearing are being reviewed in order to guarantee their rights and duties. With this in mind, this study aims to analyze interpersonal relationships involving students who are deaf or hard of hearing in learning environments, pointing to alternative courses of action that contribute to their inclusion in mainstream education. It is a descriptive study, with an exploratory dimension, and followed a qualitative approach, accompanied by quantitative treatment. It was carried out by means of bibliographical research, documentary analysis and a field study of the case type, with the application of a questionnaire, involving twelve subjects (teachers, administrative technicians and managers) who work in a school located in the municipality of Porto Grande, Amapá. It includes an introduction, a methodological approach, results and discussions and final considerations. The results indicate that the education and inclusion of deaf or hard-of-hearing students should be promoted in a way that allows them to develop their potential within their limitations.

Keywords: Accessibility; Diversity; Teaching-learning process.

LOS ALUMNOS SORDOS Y EL PROCESO DE INCLUSIÓN EN ENTORNOS DE APRENDIZAJE EN LA EDUCACIÓN ORDINARIA

Resumen

La identidad, la cultura y la lengua natural de las personas sordas o con discapacidad auditiva están siendo revisadas para garantizar sus derechos y deberes. Con esta perspectiva, este estudio pretende analizar las relaciones interpersonales que involucran a los alumnos sordos o con dificultades auditivas

en los ambientes de aprendizaje, apuntando a alternativas de acción que contribuyan a su inclusión en la educación común. Se trata de un estudio descriptivo, con dimensión exploratoria, que siguió un abordaje cualitativo, acompañado de tratamiento cuantitativo. Fue realizado por medio de investigación bibliográfica, análisis documental y estudio de campo del tipo caso, con aplicación de cuestionario, involucrando doce sujetos (profesores, técnicos administrativos y gestores) que actúan en una escuela localizada en el municipio de Porto Grande, Amapá. Incluye introducción, abordaje metodológico, resultados y discusiones y consideraciones finales. Los resultados indican que la educación e inclusión de los alumnos sordos o hipoacúsicos debe promoverse de forma que les permita desarrollar su potencial dentro de sus limitaciones.

Palabras clave: Accesibilidad; Diversidad; Proceso de enseñanza-aprendizaje.

INTRODUÇÃO

Este estudo foi produzido a partir do trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Pedagogia de um Instituto Federal localizado na região norte do Brasil, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia. São abordados desafios do processo ensino-aprendizagem de estudantes surdos ou com surdez em ambientes de aprendizagens das escolas regulares da rede pública de educação que ganha relevância na medida em que ainda são constatadas situações excludentes.

Nesta direção, neste estudo é realizada uma reflexão crítica sobre os problemas complexos e situações que ocorrem nas relações existentes entre professores, técnicos administrativos, gestores e estudantes surdos, em ambientes de aprendizagens do ensino regular que contam com concepções de educação diversas, e muitas vezes excludentes.

Para tanto, torna-se necessário salientar inicialmente que a história da educação de surdos no Brasil é bastante conturbada desde o seu início no Império, por volta do ano de 1857, até os dias recorrentes, devido à discriminação, o preconceito e as formas de tratamento sórdidas em relação aos surdos. Durante muito tempo, a identidade, cultura e a língua natural dos surdos foram rejeitadas pela sociedade ouvinte. Com o passar do tempo, foram

abrindo discussões acerca da educação de surdos, e mudando as concepções existentes sobre esses sujeitos, que passaram a ser vistos como cidadãos de direitos e deveres iguais perante a sociedade, porém ainda com uma visão de exclusão.

Neste contexto, cabe aos professores qualificados em Língua Brasileira de Sinais (Libras) proporcionar situações que despertem no estudante, motivação para interação com o objeto do conhecimento, com seus colegas e com os professores. Isso se deve ao fato de que, embora a aprendizagem ocorra na intimidade do sujeito, o processo de construção do conhecimento dá-se na diversidade e na qualidade das suas interações.

Para que o estudante surdo ou com surdez se desenvolva, o professor do ensino regular precisa criar estratégias e fazer adaptações curriculares, oportunizando ao mesmo o acompanhamento daquilo que está sendo trabalhado. Nessa dinâmica é importante a presença do intérprete, para que possa ser oferecido a esse estudante, condições para interagir com o “mundo ouvinte”, despertando neles interesses, necessidades e desejos de se apropriarem do saber e do saber fazer.

Nesta direção, a partir da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que versa sobre a acessibilidade das pessoas com deficiências, a oficialização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) com a Lei 10.436, de 24 de abril 2002 e o Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que veio regulamentar as leis citadas anteriores, ocorreram avanços na educação dos surdos, tais como a oficialização de sua língua materna e a inclusão em salas de aulas regulares.

Ainda nesse contexto, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei n. 9.394/96 (BRASIL 1996) surge a Educação Especial como uma modalidade de ensino que perpassa todas as outras e tem como objetivo romper as barreiras e estimular o potencial de cada estudante por meio de metodologias que permitam ao estudante interagir e debater sobre diversas temáticas. Para tanto, os pais e os estudantes surdos ou com surdez devem ter conhecimento sobre seus direitos (conhecedor de sua própria língua, no caso a Libras) de ser acompanhado por um tradutor e intérprete de língua de sinais - Tils nas

interlocuções entre ouvintes e surdos no contexto escolar. Mas qual a dinâmica ocorrida dentro das escolas de ensino regular da rede pública? Elas estão estruturadas e preparadas para a inclusão de estudantes surdos ou com surdez? Os profissionais da educação estão preparados para receberem em suas salas de aula estudantes surdos ou com surdez? E as salas de recursos? Há profissionais conhecedores e proficientes em Libras e da cultura surda? Além desses questionamentos, é importante salientar que se tenha uma comunicação plena entre o professor da sala regular e o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), pois ambos precisam compartilhar e planejar as metodologias que serão usadas com o estudante surdo, visando à unidade daquilo que é desenvolvido e executado nos ambientes de aprendizagem formal.

Diante dessas considerações iniciais, este trabalho de pesquisa tem a finalidade de analisar relações interpessoais envolvendo estudantes surdos ou com surdez em ambientes de aprendizagem, apontando alternativas de ação que contribuam para a sua inclusão no ensino regular de instituições de ensino públicas.

Como problema de pesquisa, foi definido a seguinte indagação: Como estão sendo estabelecidas as relações interpessoais envolvendo estudantes surdos ou com surdez em ambientes de aprendizagem permeados por concepções diversas de educação? Diante desse contexto, é possível apontar alternativas de ação que contribuam para a sua inclusão no ensino regular de instituições de ensino públicas?

Dessa forma, este estudo busca contribuir para sensibilizar as escolas que atendem estudantes surdos ou com surdez, principalmente os professores que trabalham com esses estudantes em sala de aula regular. Segue o que destaca Fernandes (2006), ou seja, o movimento inclusivo tem como objetivo resgatar todo estudante excluído, com a argumentação de que a diversidade na escola é um fator potencializador da aprendizagem no sentido acadêmico, relacional e humano. Este estudo primou em delimitar o assunto na categoria das pessoas com deficiência, se atendo na auditiva, dado a complexidade e abrangência do

tema dentro da educação especial, buscando incluir e apresentar algumas considerações e discussões que são consideradas oportunas dentro deste contexto. A relevância desse tema se deu pelo fato de vários surdos estarem incluídos no ensino regular e enfrentarem muitas dificuldades que impedem a aprendizagem, principalmente no que se refere à aprendizagem da Língua Portuguesa, com relação à leitura e escrita.

Com a definição desses aspectos centrais, a produção deste trabalho está estruturada da seguinte forma: além desta introdução, constam os procedimentos metodológicos que foram adotados, os resultados e discussões sobre os dados que foram obtidos com a investigação e, por fim, são descritas as considerações finais do trabalho realizado.

PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo foi produzido por meio da pesquisa bibliográfica que, de acordo com Gil (2010, p. 29) “[...] é elaborada com base em material já publicado”. Além disso, foi realizada pesquisa de campo envolvida por um estudo de caso que “[...] consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento [...] (GIL, 2010, p. 37)”. O estudo de campo seguiu orientação de Gil (2010, p. 53), que destaca:

O pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada a importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo. Também se exige do pesquisador que permaneça o maior tempo possível na comunidade, pois somente com essa imersão na realidade é que se podem entender as regras, os costumes e as convenções que regem o grupo estudado.

A abordagem adotada foi qualitativa, pois houve um aprofundamento acerca do problema estudado ao longo da pesquisa. Seguiu orientação de Minayo (2002, p. 21), ou seja “[...] a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

O objetivo do estudo é de cunho descritivo, que buscou a descrição das características de uma determinada população (GIL, 2010). Desse modo, a partir dos dados coletados foram feitas as descrições de um determinado grupo, nesse caso os “professores que atuam com estudantes surdos ou com surdez em sala de aula regular”. Para a coleta de dados optou-se por observação assistemática, como também a aplicação de um questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas. Foi desenvolvida na Escola Estadual São Francisco de Assis, localizada na Colônia Agrícola do Matapi, município de Porto Grande, Estado do Amapá, envolvendo professores, técnicos administrativos e gestores/coordenadores que atuam na educação básica, do sexto ao nono ano. Contou a participação de doze professores, quatro técnicos administrativos e dois gestores/coordenadores em que foram considerados os aspectos éticos da pesquisa com seres humanos com o uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, seguindo a legislação vigente.

Além disso, foram analisados documentos relativos às políticas públicas de inclusão escolar disponibilizados pelos órgãos da rede pública de ensino do estado do Amapá e da instituição de ensino envolvidos neste projeto, tais como: leis, diretrizes e bases curriculares, projeto político-pedagógico, etc.

Durante o desenvolvimento da pesquisa foi realizada uma análise das respostas do questionário. Para análise desses dados de forma qualitativa, foi tomada como referência a Análise Textual Discursiva (ATD) sugerida por Moraes e Galiuzzi (2020), que, conforme os autores, quando inserida no movimento da pesquisa qualitativa tem como intenção compreender e reconstruir conhecimentos existentes sobre o tema investigado. Ainda de acordo com esses autores, novos conhecimentos são gerados a partir da desconstrução e unitarização dos textos, da categorização dos elementos e da comunicação de uma nova compreensão.

REVISÃO DA LITERATURA

Políticas públicas de inclusão escolar desenvolvidas no Brasil

A educação brasileira é regulamentada por várias leis, decretos, resoluções, declarações e emendas constitucionais, que atendem segmentos ou modalidades da educação. Influenciada por documentos mundiais, a educação é tratada como instrumento transformador da sociedade nacional e converge para os princípios de que é direito de todos e deve ser desenvolvida como instrumento de paz entre os povos, sobretudo de crescimento econômico, atendendo a um mercado cada vez mais exigente.

Para contribuir na implementação desses princípios está a Libras, que de acordo com Quadros (2009), é considerada a primeira língua do surdo. Fernandes (2011, p. 21) destaca que “A surdez sempre existiu, mas antigamente os sujeitos surdos não eram respeitados e nem considerados como seres humanos”. Este autor destaca ainda que “[...] atos desumanos foram praticados por diferentes civilizações, as quais consideravam a surdez um castigo”.

Entretanto, para se chegar à Libras, muitas foram às conquistas por meio dos movimentos mundiais, que repercutiam no cenário brasileiro na educação dos surdos. No final do século XVIII e início do século XIX surgiu a Educação Especial, aparecendo os primeiros programas de atendimento às pessoas, chamadas de excepcionais. Antes não existia inclusão e por isso as pessoas surdas frequentavam as escolas especiais. No Brasil, os atendimentos para pessoas especiais iniciaram, somente a partir do século XX com o surgimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. Essa declaração deu direito a essas pessoas a terem uma vida normal, tendo liberdade, direito à educação entre outras. Ferreira (2006, p. 87) destaca que:

A educação especial constou como área prioritária nos planos setoriais de educação, após a Emenda constitucional de 1978 e a lei nº 5692/71, de reforma do 1º e 2º graus, e foi contemplada com a edição de normas e planos políticos de âmbito nacional as definições do Conselho Federal de Educação sobre a educação escolar dos excepcionais, as resoluções dos Conselhos Estaduais de Educação sobre diretrizes de educação especial, a criação dos setores de educação especial nos sistemas de ensino, a criação das carreiras especializadas em educação na educação escolar (os professores dos excepcionais) e também no campo de reabilitação (a constituição das equipes de reabilitação/ educação especial).

Estas leis teoricamente fazem com que sejam respeitados os direitos das pessoas que necessitam de atendimento especializado. A inclusão veio para

transformar a educação do país, onde a escola passa a ser de todos, devendo receber estudantes sem deficiência ou com alguma deficiência. As pessoas ouvintes muitas vezes confundem essa deficiência com problemas mentais, onde na verdade não é, o surdo vê o mundo apenas com outros olhos, de uma forma visual ele cria seu próprio mundo e vivencia suas experiências.

Apesar do Brasil ter mudado algumas políticas para construir uma sociedade mais justa para as pessoas com necessidades especiais, ainda existe um descaso por parte do governo e dos que participam da política. Para todos os efeitos, na LDBEN (Brasil, 1996) diz que o atendimento dos estudantes com necessidades especiais deve ser, preferencialmente, em classes comuns das escolas, inclusive em todos os níveis de educação. Ainda no art. 59 da LDBEN, discorre que deverão ser assegurados aos estudantes com necessidades especiais, métodos, técnicas e recursos educativos para atender às suas necessidades específicas.

Como pode ser visto, a inclusão de estudantes surdos ou com surdez é muito nova tanto para a escola, quanto para os próprios professores. Isso tudo vem surgindo como um grande desafio para todos, pois, a escola deve oferecer, ao estudante surdo, uma boa qualidade de ensino, para que ele tenha uma aprendizagem concreta, caso contrário realizará uma inclusão não muito eficiente com relação à aprendizagem desse sujeito. Outra questão pertinente com relação ao surdo e que deve ser esclarecido é a concepção que as pessoas têm no que se refere à deficiência. Uma pessoa com surdez não é considerada uma pessoa com deficiência, apenas possui limitações auditivas e uma língua diferente e que quando incluídos nos ambientes escolares, deve ser oferecida as mesmas oportunidades que são oferecidas aos estudantes ditos “normais”, os ouvintes. Dessa forma, a sociedade inclusiva almejada por todos deve pautar-se na compreensão do significado do termo “inclusão”. Educar para a inclusão é afirmar que todos têm o direito de estudar numa escola regular com outros educandos, construindo juntos os conhecimentos e aceitar as diferenças de cada um, pois ser diferente é normal.

O momento em que vivemos é de constante luta a fim de que a inclusão social se faça valer em nosso meio, garantindo o respeito daqueles que são excluídos

e menosprezados pela sociedade. Segundo Silva (2010), a inclusão no âmbito escolar tem como objetivo colocar o estudante especial na escola regular, porém, a escola continua da mesma forma, onde o estudante inserido é que deve se adaptar a escola. Em contrapartida, no sistema de ensino inclusivo é a escola que se reorganiza para atender a dificuldade de cada estudante.

Nessa esteira está a perspectiva mercadológica que impõe uma urgência em formar, instruir o estudante para atender a demanda do mercado que só faz crescer. A educação, portanto, é um meio de ascensão social. Segundo Sobral (2000), a educação é importante para o país enquanto condição de competitividade, no sentido de permitir a entrada no novo paradigma produtivo que é baseado, sobretudo, na dominação do conhecimento. Porém, a educação também é considerada relevante no que se refere ao seu papel de diminuição das desigualdades sociais, ou seja, como promotora de cidadania social. Dessa forma, o desenvolvimento é obtido por meio de uma maior competitividade dos sujeitos, das empresas e do país no mercado internacional, bem como por meio de uma maior participação social dos cidadãos (Sobral, 2000).

As transformações são demoradas como qualquer situação, mas exige que tenha força e coragem para mudar as coisas, e mesmo que sejam difíceis mais adiante fará uma grande diferença na vida de quem precisa, e quem colabora e participa cresce como pessoa, como ser humano.

Abordagens, adversidades e práticas pedagógicas envolvendo estudantes surdos ou com surdez

A história dos surdos foi sempre marcada pelo preconceito, onde até mesmo a língua de sinais era proibida. No Brasil apenas no ano de 2002, por meio da aprovação da lei 10.436/2002 que a língua de sinais foi regulamentada como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda (BRASIL, 2002). Para Quadros (2009, p. 19), “[...] a língua brasileira de sinais é uma língua visual articulada pelas mãos, expressões essas vindas do corpo. É uma língua natural usada pelos surdos”.

Em meio a essas discussões, percebe-se que ensinar Libras nas escolas para os surdos é muito importante para que eles construam sua própria identidade e até mesmo para interagir dentro da comunidade surda e no âmbito familiar. O ambiente familiar desempenha um papel importante nos processos linguísticos das crianças. A língua portuguesa está ligada à oralidade auditiva, por isso a criança surda tem dificuldades em aprendê-la.

Na maioria das vezes, o que dificulta a aprendizagem da Língua Portuguesa como segunda língua é a forma que o professor tenta ensinar os estudantes surdos ou com surdez, ou seja, a metodologia inadequada nesse contexto. No entanto, a escola, bem como o professor deve não apenas conhecer a metodologia mais adequada para aprendizagem dos estudantes surdos ou com surdez, mas sim, promover um currículo inclusivo, que promova uma aprendizagem que contemple a língua portuguesa como a segunda língua e flexibilização na avaliação das produções de escrita do alunado surdo.

Porém, mesmo com todas as dificuldades, os estudantes surdos ou com surdez têm direito de aprender a língua portuguesa como sua segunda língua, até porque vivem em uma sociedade onde o português é predominante. O papel do professor é buscar diferentes métodos de ensino para minimizar os problemas enfrentados pelos estudantes, fazendo com que ele possa compreender e aprender da melhor forma possível. Geralmente esse aprendizado se inicia nos primeiros anos do ensino fundamental e de maneira inadequada.

Neste sentido, o planejamento e as atividades realizadas pelo professor que atende os estudantes surdos ou com surdez, necessitam ser contextualizadas juntamente com referenciais visuais. É muito importante proporcionar ao estudante a expressão escrita, para que ele consiga ver seu desenvolvimento e o professor possa analisar o processo de aquisição do conhecimento.

A questão de avaliar um estudante, não é para julgamento e sim para ver se o estudante está aprendendo o conteúdo que o professor está passando, e usado como autoavaliação do próprio professor, para que o professor possa analisar e rever suas metodologias aplicadas em sala de aula. A avaliação com o estudante surdo deve acontecer de forma mais gestual usando a sua língua nativa que é a

Libras, utilizando gravuras e por meio de atividades que proporcionem uma compreensão mais tranquila. Nesses momentos, a presença da intérprete é muito importante para o estudante.

Para Fernandes (2011, p. 118), “Um dos erros cometidos e que prejudicam os estudantes em uma avaliação e nos próprios exercícios de fixação é o professor utilizar questões dissertativas, pois o professor deve compreender a grande dificuldade que o estudante surdo apresenta no que se diz respeito à escrita”. Como se pode perceber, flexibilizar é a palavra-chave. Contudo, é necessário considerar não rigidez na classificação do tempo e metodologia assim como momentos viáveis para efetuarem os trabalhos, o comportamento e a envoltura que o alunado tem perante certa proposta (MINETTO, 2008).

Assim, Fernandes, enfoca a importância do professor em sua formação continuada, disponibilizar novas formas de mediação no que diz respeito a sua prática em sala de aula com “[...] diferenças e deficiências, em um movimento que não dissocie teorias e práticas” (FERNANDES, 2011, p. 215). Afinal, o professor tem um papel importante para que o estudante surdo venha a conceber a língua portuguesa como a segunda língua. Para tanto necessita ser capacitado e estar em formação contínua, desenvolvendo metodologias que vão de encontro com as necessidades dos estudantes surdos ou com surdez.

Contribuições do tradutor intérprete de Libras no processo de inclusão de estudantes surdos ou com surdez

O tradutor intérprete de Libras (TILS) é o profissional responsável por intermediar a comunicação entre surdos e ouvintes, fazendo a tradução da Libras para o Português e interpretação do Português para a Libras. Esse profissional é respaldado pela Lei 12.319 de 01/09/2010 que regulamenta a profissão de TILS, bem como a formação necessária para o exercício dessa profissão (BRASIL, 2010).

As informações sobre o surgimento desse profissional são poucas, podendo ser evidenciado vestígios de sua história, quando a língua de sinais é vista como

língua materna do povo surdo, em meados do século XVIII, quando Sacks (1998, p. 31 apud Guimarães, 2012, p. 61) frisa que

[...] uma combinação da língua de sinais nativa com a gramática francesa traduzida em sinais - permitia aos alunos surdos escrever o que lhes era dito por meio de um intérprete que se comunicava por sinais, um método tão bem-sucedido que, pela primeira vez, permitiu que os alunos surdos comuns lessem e escrevessem em francês, assim, adquirissem educação.

A citação acima traz as primeiras evidências da importância da presença de um tradutor intérprete da língua de sinais na educação dos Surdos, considerando os mesmos como sujeitos que têm sua língua própria, valorizando a sua cultura, e ainda utilizar a língua do país nos trabalhos escolares. Como podemos perceber por meio da citação, o trabalho do TILS vem acontecendo desde o início do uso dos sinais como língua.

O TILS é um profissional ainda pouco conhecido e está ganhando destaque aos poucos por meio das participações dos surdos nas discussões inerentes ao seu desenvolvimento social. Além disso, a criação das leis de inclusão, como a lei 10.436/02, que oficializa a Libras como língua do povo surdo brasileiro, a partir do decreto nº 5.626/05, torna-se obrigatório a disciplina de Libras em todos os cursos de licenciatura e bacharelado em fonoaudiologia, bem como a formação e reconhecimento legal do profissional TILS, por meio das instituições vinculadas às secretarias de educação, que darão certificados a esses profissionais.

Para se abordar sobre o TILS, torna-se necessário se familiarizar com os termos tradução e interpretação. Segundo Lacerda (2014, p. 14) “Traduzir estaria ligado à tarefa de versar de uma língua para outra trabalhando com textos escritos”, ou seja, o tradutor irá analisar com respaldo as palavras utilizadas e seus significados, ao fazer a tradução da língua-fonte para a língua alvo ele poderá recorrer a dicionários, bibliografias, pessoas que possam contribuir para que a tradução saia mais compatível com o sentido transcorrido no texto. Sobre interpretação, Lacerda (2014, p. 14) destaca que “[...] está ligado à tarefa de versar de uma língua para outra nas relações interpessoais, trabalhando na simultaneidade, no curto espaço de tempo entre o ato de enunciar e o ato de

dar acesso ao outro àquilo que já foi enunciado”. Assim sendo o intérprete trabalha diretamente nas relações interpessoais e sociais, tendo que ser bastante ágil nas situações e bem prestativo para repassar de maneira correta as informações, e, ao mesmo tempo, fazer mediações e possíveis observações. Ao se abordar sobre a formação do TILS, pode-se destacar que num primeiro momento vinha acontecendo de maneira informal por meio do convívio com a comunidade surda, participação em entidades religiosas, sem uma organização estabelecida. Lacerda traz em seu texto o surgimento dos primeiros cursos específicos para a atuação desse profissional:

Os primeiros cursos de formação específica no Brasil começam a surgir em 2004/2005 por iniciativa de algumas universidades (UNIMEP/SP, Estácio de Sá/RJ, PUC/MG). Mas, não há parâmetros claros a seguir, e, portanto, a construção e a reavaliação dessa formação estão em consolidação (LACERDA, 2014, p. 31).

Dessa forma, é possível perceber que é recente o surgimento desses cursos de formação, e que apresentavam defasagens no início, pois os mesmos não denotavam os parâmetros a serem seguidos, deixando a desejar na forma de sistematização do processo de formação. Outros desafios ainda existem diante da formação dos profissionais TILS como aponta Lacerda (2014, p. 31): “Os cursos de formação que estão surgindo têm se responsabilizado também pela produção e adaptação de materiais, o que torna essa formação uma tarefa empreendedora e que, como outras, precisará constituir-se a partir de seu próprio fazer”.

Como a autora afirma na citação acima, nos cursos de formação existiam barreiras como à falta de bibliografia específica para ser analisada acerca da prática de interpretação, o que dificulta de certa forma o andamento do curso, porém como declara Lacerda (2014) os próprios cursos estão indo em buscas dos materiais para a formação. Por meio do TILS, o surdo está tendo mais acesso a comunicação e interação social, uma vez que esse profissional está sendo cada vez mais visível em diferentes ambientes como igrejas, palestras, shows e nas escolas.

Nas escolas estão presentes os intérpretes educacionais (IE) que auxiliam os estudantes surdos ou com surdez na comunicação com o professor, os colegas, e toda equipe escolar, fazendo a tradução e interpretação dos falantes de uma língua (Libras) para outra (Língua Portuguesa) ou vice-versa. Segundo Lacerda (2014, p. 34), “Na ausência desses profissionais, a interação entre surdos e ouvintes fica muito prejudicada. Os surdos ficam limitados a participar apenas parcialmente de várias atividades (pelo não acesso à língua oral), desmotivados pela falta de acesso ou total exclusão das informações”.

Desse modo, percebe-se a importância que tem a atuação desse profissional no ensino regular, onde o mesmo exerce o papel de mediador de comunicação, e também atua como educador, pois de acordo com Lacerda (2014, p. 34), “[...] é importante que este intérprete tenha preparo para atuar no espaço educacional como educador, atento às dificuldades, mediando e favorecendo a construção dos conhecimentos. Não se trata de o Intérprete Educacional (IE) substituir o papel do professor”.

O IE enquanto profissional atuante de convívio mais próximo do estudante surdo, reconhece as dificuldades e desafios que esse estudante vem enfrentando no processo de aquisição do conhecimento. Desse modo poderá auxiliar os professores no momento da elaboração das atividades, dando sugestões de como abordar temas que os estudantes sentiram mais dificuldades para compreender, buscando assim uma grande parceria professor/intérprete. O intérprete e os professores devem manter um trabalho em conjunto para proporcionar da melhor forma possível a explanação dos conteúdos, de maneira a garantir aprendizado, interação entre os estudantes surdos ou com surdez e ouvintes, buscando fazer com que ele interaja com a turma, se sinta incluso, capaz de desenvolver-se e comunicar-se com a sociedade ouvinte.

Outrossim, é importante a participação do intérprete na equipe educacional, porém sempre frisando o papel de cada profissional e o compromisso que cada um deve ter para que haja a inclusão e aprendizagem do estudante surdo na sala de aula regular. Como afirma Lacerda (2014, p. 35),

As opiniões do IE são tão importantes como as de qualquer outro profissional que atua no espaço escolar, pois ele conhece bastante a criança surda, a língua de sinais e pode colaborar para a construção de uma prática pedagógica mais adequada ao aluno surdo e a uma perspectiva bilíngue.

Diante das palavras da autora é visível a relevância da participação do IE na equipe educacional, onde ele tem contribuições a fazer diante do processo de inclusão e de ensino-aprendizagem do estudante surdo no ensino regular.

O trabalho do professor e do IE é uma parceria. Como destaca Lacerda (2014, p. 35):

É importante que o professor regente da classe conheça a língua de sinais, não deixando toda a responsabilidade da comunicação com os alunos surdos para o intérprete, já que a responsabilidade pela educação do aluno surdo não pode e não deve recair somente no intérprete, visto que seu papel principal é interpretar. A responsabilidade de ensinar é do professor.

Assim sendo, o professor deve dominar a língua de sinais e fazer a própria comunicação com seu estudante surdo, interagir e o questionar acerca do conteúdo, buscando saber se o mesmo está se desenvolvendo, porém se o professor desconhecer a língua de sinais fica desestruturada a proposta de inclusão, pois de acordo com Lacerda (2014, p. 35), “[...] assim o aluno surdo, muitas vezes fica desmotivado, não presta atenção no professor (já que ele não sabe a Libras) e ao mesmo tempo sente-se desvalorizado, porque o IE (que é sua figura de referência) não é uma autoridade em sala de aula.

Nesse momento a comunicação entre estudante surdo e professor ouvinte fica comprometida, prejudicando o processo ensino-aprendizagem do estudante, pois o intérprete atua no momento da explanação dos conteúdos, porém na hora de tirar dúvidas é interessante que o professor consiga atender seu estudante, dando o suporte necessário para a compreensão do assunto, pedindo o auxílio do intérprete somente em caso indispensável. A sala de aula é um espaço de construção de conhecimentos, e quando se trata de uma sala de aula inclusiva onde se tem professores ouvintes e estudantes surdos ou com surdez, vem um terceiro elemento para complementar que é o TILS, onde esse

profissional tem papel fundamental no processo ensino-aprendizagem e, sobretudo na comunicação desses estudantes com toda a comunidade escolar.

Alternativas de ação para a relação entre professor e estudante surdo

Transformar a escola num ambiente adaptado para estudantes surdos ou com outra necessidade é sempre um desafio, visto que a grande maioria não disponibiliza de recursos necessários para dar o suporte preciso aos estudantes. Numa escola regular, estudantes com surdez são a minoria e muitas vezes são matriculados sem terem conhecimento mínimo sobre alfabetização em Libras e o professor do ensino regular, sem suporte, acaba abraçando a proposta da inclusão e faz dela um desafio para si mesmo. É bom lembrar que esse professor também não tem suporte para atender esses estudantes da maneira que eles merecem e acabam elaborando suas aulas visando a flexibilização curricular e a maneira mais adequada para atender os estudantes.

Neste contexto, algumas alternativas são importantes para estabelecer a relação professor e estudante surdo, conforme seguem:

- a) Práticas desenvolvidas na escola regular com estratégias pedagógicas formuladas para ouvintes e surdos;
- b) Cursos tecnológicos que possam auxiliar nas mais diversas atividades educacionais e no cotidiano dos estudantes surdos ou com surdez;
- c) Formação continuada para que os professores tenham melhor comunicação com os estudantes, tendo em vista que esse é um dos principais problemas;
- d) Estimular a capacidade dos estudantes na compreensão, atenção e memória, utilizando-se para isto o método de repetição;
- e) Ampliar a capacidade de concentração, compreensão, atenção e memória, sendo assim introduzido o uso do português sinalizado.

Diante do exposto percebe-se que no ambiente escolar onde estão inseridos os estudantes surdos ou com surdez é importante que os professores tenham ideia de como é a rotina deles e que o processo de inclusão ajude para promover a interação com os demais colegas, e que nas aulas sejam sempre usadas

metodologias adequadas para o processo ensino-aprendizagem dos mesmos, oferecendo assim oportunidades que são de suma importância para a evolução do conhecimento e da identidade do estudante, e ainda assim valorizando o desenvolvimento afetivo e social na escola e na sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O que dizem os professores

A população envolvida na coleta de dados deste estudo foram doze professores que estão atuando na Escola Estadual São Francisco de Assis, localizada na Colônia Agrícola do Matapi, município de Porto Grande, Estado do Amapá. Desses doze professores, dez atuam em componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Língua Estrangeira - Inglês e Francês, Artes, Ensino Religioso, Estudos Amazônicos, Educação Física e um atua como professor de Libras. Além disso, participaram quatro técnicos administrativos, a diretora que é uma professora que está atualmente no cargo, uma pedagoga e o secretário da escola que é um professor que está atuando neste cargo.

Os professores possuem formação acadêmica em cursos de licenciaturas nas áreas que atuam, sendo que cinco atuam há dez anos nesta instituição de ensino e são efetivos (concursados), três atuam há três anos e os outros três atuam há um ano e possuem contratos temporários de trabalho. O professor de Libras é efetivo (concursado) e atua há oito anos nesta escola. Já os técnicos administrativos possuem ensino fundamental completo e atuam há quatro anos na escola, a diretora possui graduação na área que atua como professora e está no cargo há dois anos, a pedagoga é graduada e atua também há dois anos nesta instituição e o secretário possui pós-graduação *lato sensu* - especialização e atua há oito anos nesta instituição de ensino.

Quando se trata da atuação com estudantes surdos ou com surdez, os professores envolvidos nessa investigação apresentam as seguintes conformações: um professor atua há quatro anos, cinco professores há três

anos, três professores há dois anos, dois professores atuam há um ano e o professor de Libras atua há oito anos que é o tempo de atuação na instituição de ensino. Já os técnicos administrativos, a diretora, a pedagoga e o secretário convivem com estudantes surdos ou com surdez durante o tempo de atuação na instituição de ensino.

Dando continuidade na análise dos métodos utilizados pela escola e professores para o processo ensino-aprendizagem de estudantes surdos ou com surdez e alternativas de ação viáveis para diminuir as dificuldades encontradas pelos mesmos, uma vez inclusos na sala de aula regular, os respondentes envolvidos nessa investigação foram indagados sobre as principais exigências para um professor atuar com esses estudantes em ambientes de aprendizagem. De modo geral, as respostas dos professores apontam que a principal exigência para atuar com estudantes surdos ou com surdez está relacionada com o repasse do material didático ao estudante que deve ser elaborado de forma minuciosa e de fácil entendimento.

Dessa forma, constatamos que o professor deve ter atenção especial com o material que utiliza em sala. A inclusão em salas de aulas regulares contribui para desmistificar o significado da deficiência de surdez que socialmente foi construído, ou seja, trata-se de uma iniciativa que repercute tanto no estudante surdo como naquele que não é surdo. Essas declarações confirmam o pensamento de Fernandes (2006), no qual afirma que o movimento inclusivo tem como objetivo resgatar todo estudante excluído, com a argumentação de que a diversidade na escola é um fator potencializador da aprendizagem no sentido acadêmico, relacional e humano.

Quanto aos desafios e dificuldades que os professores enfrentam para trabalhar com estudantes surdos ou com surdez, constatamos com as respostas obtidas que a comunicação é um ponto delicado, ou seja, o trabalho deve ser realizado da melhor maneira possível. Nesta perspectiva trazemos o sentido de inclusão de Freire (2001), onde menciona que só ocorrerá inclusão se houver a conscientização e valorização da pessoa humana a partir da realidade na qual ela se insere.

Relacionado às abordagens feitas anteriormente, os professores foram indagados para descrever como é o dia a dia numa sala de aula que possui estudantes surdos ou com surdez. Os respondentes indicaram que o dia a dia é transcorrido seguindo todo o trabalho que é organizado por meio de planejamento. Outro aspecto destacado diz respeito à convivência diária que permite que professores e estudantes aprendam mais sobre o assunto.

Para melhor compreender este processo de convivência, perguntamos aos professores parceiros desta investigação como ocorre o contato entre os estudantes surdos ou com surdez e ouvintes e as respostas indicam que a inclusão sempre foi um ponto positivo, pois os estudantes abraçam os colegas que possuem qualquer necessidade especial. Constatamos desta forma, preocupação com a dimensão afetiva da inclusão, ou seja, em se tratando de da convivência diária, este aspecto parece ser fundamental para que ocorra o processo de inclusão.

Ainda na busca alternativas de ação viáveis para diminuir as dificuldades encontradas pelos estudantes surdos ou com surdez no processo ensino-aprendizagem, os professores foram questionados sobre as potencialidades que os esses estudantes apresentam e foram unânimes em afirmar que o interesse pelo aprendizado é um fator importante e isso motiva cada vez mais o trabalho pedagógico que é desenvolvido pelos professores e estudantes. Diante desta constatação, os mesmos professores apontaram que o desempenho escolar dos estudantes surdos ou com surdez em sala de aula não é 100%, mas a força de vontade do estudante supera tudo.

Em se tratando da aprendizagem desses estudantes, a presença do profissional intérprete em línguas de sinais é imprescindível e, segundo os professores, na escola onde atuam há este profissional, considerado fundamental no trabalho que realiza pois ajuda muito durante as aulas em todos os aspectos envolvidos. Diante das respostas entende-se que o trabalho do professor e do intérprete educacional é uma parceria, porém de acordo com Lacerda (2014, p. 35):

É importante que o professor regente da classe conheça a língua de sinais, não deixando toda a responsabilidade da comunicação com os alunos surdos para o intérprete, já que a

responsabilidade pela educação do aluno surdo não pode e não deve recair somente no intérprete, visto que seu papel principal é interpretar. A responsabilidade de ensinar é do professor.

A presença do intérprete é fundamental para o andamento das aulas. No entanto, o processo de inclusão não se resume apenas neste aspecto. Para melhor compreender este processo, os respondentes ressaltam que é de extrema importância que o estudante seja inserido na sala de aula independente da deficiência que possui, e para que tal inclusão aconteça, os recursos utilizados para o processo ensino-aprendizagem dos estudantes surdos ou com surdez são os mesmos dos estudantes ouvintes.

No que diz respeito às condições necessárias para viabilizar a relação entre professor e estudante surdo na sala de aula, os professores acreditam na ideia da formação continuada, onde possam por meio de cursos buscarem mais conhecimentos que os ajudem a terem uma melhor comunicação com os estudantes, e consequentemente desenvolver uma docência com mais eficiência, tendo em vista que o papel do professor é buscar diferentes métodos de ensino para minimizar os problemas enfrentados pelos estudantes, fazendo com que ele possa compreender e aprender da melhor forma possível.

Diante do exposto, seguimos a linha de pensamento de Fernandes, no qual enfoca a importância do professor em sua formação continuada, disponibilizar novas formas de mediação no que diz respeito a sua prática em sala de aula com “[...] diferenças e deficiências, em um movimento que não dissocie teorias e práticas” (FERNANDES, 2011, p. 215). Afinal, o professor tem um papel muito importante para que o estudante surdo venha a conceber a língua portuguesa como a segunda língua e, para tanto, necessita ser capacitado e estar em formação contínua.

O que dizem os técnicos administrativos

Ainda sobre as principais exigências para um profissional da educação atuar com estudantes surdos ou com surdez em ambientes de aprendizagem, os técnicos

administrativos envolvidos nesta investigação relataram que trabalham de acordo com a orientação recebida da coordenação, no qual enfoca a questão do acolhimento dos estudantes surdos sem nenhuma diferença dos demais estudantes ditos normais.

Quando questionados sobre quais os principais desafios e dificuldades que encontram para trabalhar com estudantes surdos ou com surdez, responderam de forma coletiva que a comunicação é o principal obstáculo encontrado nesse contexto, tendo em vista a ausência de conhecimento da Língua de Sinais num todo, mas que em alguns momentos conseguem se comunicar e compreender o que os estudantes querem dizer por meio de gestos.

Ao descreverem o seu dia-a-dia numa escola que possui estudantes surdos ou com surdez e como ocorre as relações interpessoais, os técnicos administrativos afirmam que o convívio e as relações são normais, e que nunca aconteceu nenhum fato relevante relacionado aos estudantes que pudesse causar qualquer tipo de transtornos ou constrangimentos e que estes acabam se entendendo, devido já se conhecerem pelo fato de todos morarem na mesma localidade, o que faz com que o contato venha ser algo normal.

Quanto às potencialidades que os estudantes surdos ou com surdez apresentam, os respondentes envolvidos na pesquisa alegam que a força que os estudantes têm em aprender, sem dúvida é algo muito bonito, pois embora não tenham contato direto com os estudantes quando estão em sala de aula, acreditam que os mesmos tenham um bom desempenho, conclusão essa que eles têm, a partir dos relatos dos professores que também demonstram serem muito engajados no processo ensino-aprendizagem.

Quando questionados se há intérprete educacional em Línguas de Sinais no contexto da escola em que atuam, estes afirmam que “sim” e relatam sua importância, ao citar que o intérprete ajuda o estudante a se conectar com ele mesmo, assim como ajuda na questão do aprendizado e na interação tanto na sala de aula quanto no âmbito escolar no geral, tendo em vista que este profissional trabalha diretamente nas relações interpessoais e sociais, tendo que ser bastante ágil nas situações e bem prestativo para repassar de maneira

correta as informações, devido ter a função de ser o canal comunicativo com o estudante surdo. Desse modo, o papel do intérprete educacional em Libras é auxiliar o estudante surdo na comunicação com o professor, os colegas e toda equipe escolar. Fazer a tradução e interpretação dos falantes de uma língua (Libras) para outra (Língua Portuguesa) ou vice-versa. Segundo Lacerda (2014, p. 34), “Na ausência desses profissionais, a interação entre surdos e ouvintes fica muito prejudicada. Os surdos ficam limitados a participar apenas parcialmente de várias atividades (pelo não acesso à língua oral), desmotivados pela falta de acesso ou total exclusão das informações”.

Quanto ao processo de inclusão dos estudantes surdos ou com surdez, estes profissionais da área administrativa escolar apontam de maneira coletiva que acreditam que o convívio na escola regular beneficia não somente os profissionais da educação, como também o próprio estudante e finalizam falando sobre as condições necessárias para viabilizar esta relação entre técnico administrativo e estudante surdo, dizendo que o contato ainda é uma barreira, mas a convivência ameniza muitas coisas relacionadas à interação entre escola e estudantes.

O que diz a diretora da escola

Dando continuidade na análise dos dados, nesta seção são analisadas as respostas dadas pela diretora no questionário que foi enviado. Esta respondente analisou os métodos utilizados pela escola para o processo ensino-aprendizagem de estudantes surdos ou com surdez e alternativas de ação viáveis para diminuir as dificuldades encontradas pelos mesmos, uma vez inclusos na sala de aula regular. Foi indagada sobre as principais exigências para uma gestora atuar com esses estudantes em ambientes de aprendizagem e afirmou que os mesmos devem ser sempre bem acolhidos no âmbito escolar independente de qualquer situação.

Em relação aos desafios e dificuldades enfrentados para trabalhar com estudantes surdos ou com surdez, ficou compreendido que a gestora busca

sempre envolver todos e que é muito importante que os estudantes trabalhem desde cedo a questão da inclusão em relação aos colegas que possuem qualquer deficiência. Sobre o convívio com esses estudantes, foi questionado como é o dia a dia na escola sendo que a gestora por sua vez respondeu que a vontade do estudante em aprender e se auto conhecer quanto pessoa surda é um passo significativo. Outro fator importante é o contato entre estudantes ouvintes e estudantes surdos ou com surdez e a gestora por sua vez respondeu que não lida diretamente com os estudantes, mas faz seu melhor para que o mesmo se sintam bem.

Em relação a busca de alternativas de ação viáveis para diminuir as dificuldades encontradas pelos estudantes surdos ou com surdez no processo ensino-aprendizagem, a gestora foi questionada sobre as potencialidades que esses estudantes apresentam e a mesma afirma que a força do estudante pelo aprendizado é sem dúvida um passo rumo ao avanço. A gestora afirma que em relação ao desempenho escolar dos estudantes surdos ou com surdez em sala de aula ela não está diretamente em sala de aula, mas pelos relatos dos professores dá a entender que existe progresso no trabalho que está sendo executado. Encerramos esta seção com Paulo Freire (1996, p. 102) que destaca:

O fundamental na aprendizagem de qualquer conteúdo é a construção das responsabilidades e da liberdade que se assume, mas não se deve separar o ensino dos conteúdos da formação ética dos professores e educandos, pois “Ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar relações interpessoais envolvendo estudantes surdos ou com surdez em ambientes de aprendizagem permeados por concepções diversas de educação, com a finalidade de apontar alternativas de ação que contribuam para a sua inclusão no ensino regular de instituições de ensino públicas. Com o seu desenvolvimento, foi possível perceber que para a inclusão de estudantes surdos ou com surdez torna-se necessário, além da capacitação dos professores, suporte de uma série de outros aspectos tais como

os mecanismos legais institucionais, políticas pedagógicas, acessibilidade, infraestrutura e comprometimento dos diversos sujeitos envolvidos socialmente.

No Brasil, a política de inclusão escolar e social é reconhecida a partir do direito que todos os estudantes possam se matricular na rede regular de ensino, de qualquer estado ou município. Essa política determina que as escolas devem estar aptas para receber tais estudantes com esta deficiência e trabalhar com as diferenças. No entanto, o que se observa é que a adaptação desses estudantes está sendo difícil. A formação dos professores voltada para este processo de inclusão é vista como um fator determinante para a não-integração do estudante surdo em classe regular. Sabe-se que o empenho entre ambos - o que ensina e o que aprende - resulta em reconhecer possibilidades e limitações entre ambos.

Nesta direção, a educação de uma pessoa surda deve ser um tema em constante discussão visando a melhoria de recursos e o aprimoramento de profissionais que atuam nesse contexto. Para que haja a inclusão e a educação de estudantes surdos ou com surdez, cabe o professor, o intérprete e os demais integrantes da comunidade escolar, trabalhar de forma conjunta e colaborativa, com consciência de que suas ações proporcionarão condições para o desenvolvimento do estudante surdo. Esse trabalho deve ser executado de forma que o estudante desenvolva todas suas potencialidades dentro de suas limitações, abrindo espaço para todos.

O processo ensino-aprendizagem do estudante surdo nas escolas regulares ainda é uma realidade carente de recursos na perspectiva de torná-lo eficaz. Com isso, há de se buscar maneiras que incitem o desenvolvimento de uma educação bilíngue para estudantes surdos ou com surdez e que esta não fique só no papel, mas ocorra dentro de sala de aula auxiliando no crescimento educacional de cada estudante, visto que é um direito dos surdos serem educados em sua própria língua, ou seja a língua brasileira de sinais.

Vale salientar que a pessoa surda apresenta características inerentes à perda auditiva que a impede de acessar às informações por meio de um importante

sentido que é o da audição. Porém, sua habilidade visual pode e deve ser bastante estimulada. Para tanto, a parceria colaborativa entre os integrantes da sala de aula, ou seja, estudantes, professores e demais profissionais da educação devem ser incentivada. Conforme publicação oficial do MEC (2010) o sucesso da política de inclusão de estudantes com deficiência no sistema regular de ensino depende, antes de qualquer coisa, de uma mudança na concepção que se tem da escola e do entendimento que cada estudante é único e sofre continuamente um profundo processo de transformação, que o diferencia dos demais e, no tempo, de si mesmo. Mas não é só isso: o êxito das políticas que visam à inclusão escolar de estudantes com surdez depende também de recursos que lhes permitam minimizar os efeitos de suas limitações funcionais no processo de inclusão e de aquisição do conhecimento.

Por fim, foi constatado que a inclusão de estudantes surdos ou com surdez no ensino regular significa mais do que apenas criar vagas e proporcionar recursos materiais. É necessário que a escola e a sociedade sejam inclusivas, assegurando igualdade de oportunidades a todos os estudantes e contando com professores capacitados e comprometidos com a educação. Vale salientar ainda que percebemos outras possibilidades de continuidade e aprofundamento deste trabalho, como por exemplo a análise, por meio de investigação empírica envolvendo egressos surdos ou com deficiência auditiva que frequentaram o ensino regular, abordando seus posicionamentos diante da formação que tiveram e sobre a importância das interações que foram estabelecidas por meio das linguagens manifestadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 22 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 01 de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2010. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-

[2010/2010/lei/l12319.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.319%2C%20DE%201%C2%BA%20DE%20SETEMBRO%20DE%202010.&text=Regulamenta%20a%20profiss%C3%A3o%20de%20Tradutor,Art.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.319%2C%20DE%201%C2%BA%20DE%20SETEMBRO%20DE%202010.&text=Regulamenta%20a%20profiss%C3%A3o%20de%20Tradutor,Art.) Acesso em: 22 jan. 2023

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2002. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2010.436%2C%20DE%2024%20DE%20ABRIL%20DE%202002.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20L%C3%ADngua%20Brasileira,Art. Acesso em: 22 jan. 2023.

FERNANDES, S. F. Fundamentos para educação especial. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2011.

FERREIRA, J. R. Educação especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras. In: RODRIGUES, D. (org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Summus, 2006.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. Política e educação: ensaios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUIMARÃES, S. O. A função do intérprete da língua de sinais em sala de aula no ensino regular. (2012). 116 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/188355/GUIMAR%C3%83ES%20Sandra%20Oliveira%202012%20%28disserta%C3%A7%C3%A3o%29%20UEM.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 jan. 2023.

MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. Análise textual discursiva. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2020.

QUADROS, R. M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed Editora, 2009.

SILVA, M. O. E. A análise de necessidades de formação de professores como estratégia para a construção de uma escola inclusiva. In: MARTINS, M. e SANTOS J. (Org.) **Múltiplos olhares sobre a inclusão.** João Pessoa: Editora Universitária da Universidade Federal da Paraíba, 2009. pp. 56-66.

SOBRAL, F. A. F. Educação para a competitividade ou para a cidadania social? **São Paulo em perspectiva**. V. 14, n. 1, p. 3-11, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/sQMSgXNqXmnJzKv5mngvjmg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2023.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de alfabetização, Leitura e Escrita. **Revista Brasileira de Educação**, outubro de 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/89tX3SGw5G4dNWdHRkRxrZk/?format=pdf>. Acesso em: 12 set. 2022.

Recebido em:08/05/2023

Aprovado em:15/11/2023

Publicado em:23/02/2024